

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o que temos, onde queremos estar?

Gersianne Martins Viana dos Santos<sup>1</sup>  
Jairo de Carvalho Guimarães<sup>2</sup>

### RESUMO

A Educação Inclusiva vem ganhando espaço nos aspectos epistemológicos que viabilizam a educação como direito de aprendizagem, dando a todos os alunos com deficiência as condições de acesso e permanência na educação formal. Neste contexto, fomenta-se as definições legais nos aspectos políticos garantidos por leis que determinam todos os direitos desse aluno na escola. Mediante o exposto, delimitamos como objeto de estudo: as políticas de formação continuada de professores na rede Municipal de Teresina PI, para a educação inclusiva. O presente trabalho objetiva apontar como as políticas públicas de educação podem contribuir nas escolas com as condições materiais, profissionais, estruturais, dentre outras, para que se seja possível desenvolver a sua função social, que é o de oferecer um atendimento especializado para os alunos, através de conhecimentos, atitudes, formação e transformação para a inclusão de todos, tendo como maior objetivo o ensino de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Políticas Públicas, Formação de Professores.

## CONTINUING EDUCATION POLICIES FOR INCLUSIVE EDUCATION TEACHERS: what we have, where we want to be?

### ABSTRACT

Inclusive Education has been gaining ground in the epistemological aspects that enable education as a learning right, giving all students with disabilities the conditions to access and remain in formal education. In this context, legal definitions are encouraged in the political aspects guaranteed by laws that determine all the rights of this student at school. Based on the above, we delimited as an object of study: the continuing education policies of teachers in the Municipal network of Teresina PI, for inclusive education. The present work aims to point out how public education policies can contribute to schools with material, professional, structural conditions, among others, so that it is possible to develop their social function, which is to offer specialized assistance to students, through knowledge, attitudes, training and transformation for the inclusion of all, with the main objective of quality education.

**Keywords:** Inclusive Education, Public Policies, Teacher Training.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Mestranda em Políticas Públicas – UFPI; gersiany@hotmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Doutor em Educação – UFRJ; jairoguimaraes@ufpi.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## INTRODUÇÃO

Ao se discutir sobre a educação, conforme posto na Constituição Federal, direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988), compreendemos que se constitui ainda um desafio refletirmos sobre a inclusão para a Educação Especial, considerando desde as necessidades às condições de acesso e de permanência. Nesse contexto, realça-se a pertinência de um estudo sobre as políticas de formação de professores com foco na educação inclusiva. Pensar em educação como direitos de todos é refletir sobre como as políticas de formação continuada contribuem desde as condições na prática pedagógica à inclusão de todos no processo ensino-aprendizagem. Trata-se, portanto, não apenas de uma ação isolada, mas de um processo dialógico que entrelaça a formação inicial e a continuada com foco no protagonismo das crianças que demandam atenção especial (CÔCO; VENTORIM; ALVES, 2015).

Esses aspectos têm se constituído em desafios e demandas, o que tem revelado a necessidade de implementação de políticas da educação inclusiva, que fomentem a formação de professores, oportunizando condições para a construção de bases teóricas e metodológicas para criar melhorias nas práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Tal problemática tem relevância no contexto das discussões acerca dos processos educativos, e isto, invariavelmente, remete à implementação de políticas públicas efetivas que deem suporte compatível com a compreensão dos professores acerca da sua prática didático-pedagógica (DUEK, 2014). Diante do exposto, delimita-se como objeto de estudo as políticas de formação continuada de professores para a educação inclusiva. Considerando o objeto proposto para a investigação, é estabelecido o seguinte problema de pesquisa: Têm as políticas públicas de formação continuada em Teresina contribuído para a educação inclusiva dos estudantes e nas práticas didático-pedagógicas dos professores no âmbito da Educação Especial?

Ao se refletir sobre essa temática, observa-se que ainda há muito a fazer, tendo em vista que há um distanciamento entre o que está proposto nas bases teóricas e legais e a prática que está efetivada no âmbito escolar. Há grande necessidade de discutir sobre políticas públicas voltadas para a formação de professores no que se

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

refere à inclusão na Educação Especial, porém, diante das necessidades que se apresentam nas práticas pedagógicas, isso tem se constituído em desafios, o que implica na implementação e na ampliação de políticas educativas para atender a essas necessidades. Então, seguindo a proposta de Amaral (2017), “o que temos para hoje?” Este cenário eleva a importância deste estudo sobre as políticas de formação continuada de professores, como um dos requisitos para a promoção de uma educação inclusiva, visto que traz ao palco das discussões as ações que o Estado promove na Educação Básica para garantir a educação como direito de todos.

É nessa perspectiva que as políticas públicas de educação podem contribuir nas escolas com as condições materiais, profissionais, estruturais, dentre outras, para desenvolver o seu papel, que é o de oferecer um atendimento especializado para os alunos, por meio de conhecimentos, atitudes, formação e transformação para a inclusão de todos (GLAT; NOGUEIRA, 2003; SILVA, 2009), tendo como maior objetivo o ensino de qualidade o qual todos têm direito. A partir do objeto de estudo e do problema de pesquisa, firma-se o seguinte objetivo: Analisar os desafios e as complexidades que enfrentam os professores que atuam na Educação Especial concernente à sua formação continuada no cotidiano de sua prática didático-pedagógica (ou agir) com vistas a promover a educação inclusiva. Assim, o presente estudo aborda as políticas de formação continuada de professores para a Educação Inclusiva, lançando luz para a educação infantil, a qual é o primeiro acesso do aluno na escola, iniciando a sua vida escolar.

## **BASES LEGAIS QUE GARANTEM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Ao propor as discussões sobre as políticas de formação continuada de professores na Educação Básica com foco na educação inclusiva, é importante considerar o que traz as bases legais. A Constituição Federal, em seu Art. 208, assegura como premissa a plena integração de todos na sociedade e o direito à educação, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular, como forma de assegurar a garantia desse direito, estabelecendo que o Estado deve garantir atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Essa perspectiva

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



constitucional se tornou um grande marco para a educação inclusiva no Brasil, o que impulsionou a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996), a qual destinou todo o Capítulo V dessa Lei, voltado apenas para a Educação Especial, que deve oportunizar a inclusão de todos. No contexto internacional, um dos documentos mais importantes foi a Declaração de Salamanca, resolução da ONU lançada em 1994 (UNESCO, 1994) com foco na promoção da educação inclusiva das crianças com necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em vigor, tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. O documento legal também acrescenta que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre em função das condições específicas dos alunos (BRASIL, 1996). Esses aspectos legais trazem a necessidade de formação dos profissionais, como um processo contínuo, com políticas públicas que proporcionem ações voltadas para as demandas das práticas pedagógicas no cotidiano escolar. As políticas públicas no campo da educação inclusiva para a Educação Especial se referem a todos os aspectos de criação e gestão, normas, condições materiais e estruturais voltadas à garantia do direito à educação para todos, particularmente para os segmentos sociais historicamente excluídos do sistema de ensino. Para Sassaki,

Para garantir que medidas de acesso e permanência na escola sejam implementadas de acordo com a nova visão da sociedade, de educação e de cidadania em relação à diversidade humana e as diferenças individuais, todas as pessoas devem ser aceitas e valorizadas pelo que cada uma possui para construir o bem comum, aprender e ensinar, estudar e trabalhar, cumprir deveres, usufruírem direitos e ser feliz (SASSAKI, 1999, p. 1).

Para que, de fato, o processo de inclusão social se intensifique, a sociedade deve ser submetida a um processo de transformação, na qual a inclusão seja o foco principal, por meio do acesso e permanência na educação formal, bem como qualificação profissional, colocando em pauta políticas públicas de formação que prepare os professores. Isso precisa acontecer, a fim de que esse processo de inclusão não se efetue como uma exigência, mas como parte principal de uma

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociedade. Com a entrada de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação nas escolas comuns, muitos profissionais passaram a se sentir desafiados e, em alguns momentos, incapazes de acolher esses alunos e, sobretudo, de trabalhar com propostas que atendessem às necessidades, às expectativas e às demandas próprias de cada sujeito. Esse cenário implica demandas para as políticas de formação continuada, a partir das necessidades e das reflexões da própria prática (MOREIRA, 2003).

As diretrizes que norteiam a Educação Especial partem do pressuposto da diversidade humana, colocando os direitos iguais, apesar de sermos completamente diferentes em todos os aspectos. Nesse contexto, cada indivíduo, como ser único com capacidades e necessidades que devem ser respeitadas no processo de convivência social, condição indispensável para a formação do cidadão. A deficiência está inserida como parte subjetiva de muitas pessoas que fazem parte desse grupo social e são sujeitos sociais que devem ter possibilidades educativas, como momentos formativos inseridos nos currículos de formação continuada. Nessa perspectiva, é relevante compreender que a inclusão social se define como uma proposta não consolidada, mas como um movimento contínuo (PAIVA; BENDASSOLLI, 2017).

Constata-se que o atendimento escolar aos alunos com deficiência tem a função de preparar e incluir os sujeitos na sociedade, em seus mais diversos sistemas sociais, preparando-os para assumir papéis importantes e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. As diretrizes que abordam a Educação Especial trazem a proposta de inserir o aluno em sala de aula regular, com todas as condições previstas em leis, para que essa criança possa se desenvolver em todo os aspectos. Para tanto, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001). Percebe-se que, à medida que avançam os estudos sobre a Educação Especial, cresce a preocupação de implantação de diretrizes e de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiências, a fim de incluir e inseri-lo na sociedade, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a). Também, junto com as

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

instituições escolares, devem-se ampliar as possibilidades de construir um saber a respeito do processo de implementação das políticas de educação inclusiva (CAMARGO; CARVALHO, 2019).

Como as unidades de ensino podem receber, acolher, conhecer e planejar o atendimento das necessidades educacionais específicas? Essa é, por excelência, uma ação coletiva. Cada segmento da comunidade escolar precisa reconhecer seu papel na efetivação da inclusão e pensar em ações que possam facilitar esse processo. Após a matrícula, o que pode ser feito para receber o estudante? Como conhecê-lo e traçar caminhos para à sua adaptação e à sua inserção real na dinâmica da escola? Nesse entorno, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Art. 27, garante a educação como direito de todos, ao afirmar que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015). Esses aspectos elevam a importância da formação continuada de professores, bem como os desafios no contexto escolar. Essa carência já é percebida na formação acadêmica dos profissionais nos cursos de Pedagogia e nas demais Licenciaturas que oferecem, no seu currículo, disciplinas voltadas para a Educação Especial, que acabam sendo insuficientes diante das demandas. Por isso, compreendemos que:

Essa é uma questão bastante preocupante porque o processo de inclusão Escolar (de maneira mais ou menos articulada, dependendo da rede) está sendo implementado no país, a composição do alunado das escolas se tornando cada vez mais diversificada, e o currículo dos cursos de formação de professores não contempla essa nova realidade. Em consequência, os futuros docentes continuarão despreparados para atuar sob novo paradigma da escola aberta à Diversidade, resultando em prejuízo social e acadêmico aos alunos incluídos e aos demais agentes participantes. (GLAT; PLETSCH, 2004, p. 3).

Alguns apontamentos fazem-se necessários sobre a formação dos professores e dos profissionais que trabalham com pessoas com deficiências. Se faltou formação acadêmica necessária à atuação, devem-se buscar as políticas públicas, no intuito de criar condições aos profissionais com formação continuada e de buscar parcerias com a área da saúde para que essa seja garantida, conforme previsto em Leis (BRASIL,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



1988, BRASIL 1996, BRASIL 2001, BRASIL 2002, BRASIL 2008a, 2008b, BRASIL 2015), dentre outras. É válido ressaltar que a educação inclusiva não se destina somente a quem apresenta alguma deficiência, mas compreendemos que seja para todos a inclusão no processo de ensino e aprendizagem. É nessa perspectiva que o PNE (BRASIL, 2014) tem a Meta 4, cujo objetivo é universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Também, o Plano Municipal de Educação de Teresina (PI), seguindo a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, traz a formação para a educação inclusiva, afirmando que esta deve incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2002, p. 3). Ademais, reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Para ser, de fato, inclusiva, é essencial que ocorram, na escola, mudanças radicais em suas estruturas físicas, materiais e pessoais, em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e em sua gestão administrativa. O paradigma da inclusão pressupõe uma escola democrática, que respeita o tempo do estudante, que coloca a aprendizagem no centro do sistema e que estimula o trabalho colaborativo e participativo. No entanto, que tipo de formação atenderia ao apelo dos professores que se sentem despreparados e desamparados no atendimento dos educandos com deficiência? Quais os saberes são necessários para educar a todos com isonomia? Quais as diretrizes para a formação inicial e a formação continuada na perspectiva da educação inclusiva? São pontuações que exigem um amplo debate e uma reflexão crítica a fim de dar os encaminhamentos que a realidade brasileira impõe.

A LDBEN n. 9394/96 (BRASIL, 1996) dedica o Capítulo V à Educação Especial, no artigo 58, apontando como a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. O artigo 59, em seu inciso I, determina que os sistemas de ensino devem assegurar a esses alunos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Pontua, ainda, a necessidade de haver uma equipe de professores com especialização adequada, em nível médio ou superior, para atendimento especializado no ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Como é possível perceber, há uma diferenciação entre educadores com especialização para os atendimentos especializados e aqueles capacitados para atuarem nas classes comuns. Acompanhando o que está posto na LDBEN, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) trazem uma definição mais detalhada dos termos e as competências de cada um. Em seu Art. 18, aponta dois tipos de professores que estão aptos para atender pedagogicamente os alunos com deficiência: o “professor capacitado” e o “professor especializado”. Os professores capacitados são aqueles que comprovem que, na sua formação inicial, foram incluídos conteúdos sobre Educação Especial. Os professores especializados em educação especial são aqueles que, no processo de formação continuada, desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, bem como definir, implementar estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos dos alunos com deficiência (BRASIL, 2001).

## POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial traz uma complexidade e uma abrangência dos temas para as políticas de formação, em que se deve compreender a inclusão como “[...] princípio das ações das professoras nas escolas comuns/ regulares [...]” trazendo possibilidades da “[...] materialidade da formação continuada ofertada pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial” (LUNARDI-LAZZARIN; HERMES, 2019, p. 126). Nesse cenário, é pertinente pensar sobre como escolas podem receber, acolher, conhecer e planejar o atendimento das necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiências (CASTRO et al., 2018), bem

PROMOÇÃO



APOIO





como se materializam as ações das políticas para criar essas condições. Essa é, por excelência, uma ação coletiva que envolve o poder público e as iniciativas no espaço escolar. Cada segmento da comunidade escolar precisa reconhecer seu papel na efetivação da inclusão e pensar propostas que possam facilitar o processo de inclusão.

Uma das grandes lacunas no campo educacional é a formação continuada dos professores, assim como dos profissionais da educação voltada para os alunos com deficiência. Este cenário reflete o grande desafio de preparar os profissionais que atuam diretamente com essas crianças. Uma das ações dessas políticas do Ministério da Educação (MEC) é a regulamentação do atendimento na área da Educação Especial, por meio do AEE, definido como um serviço de apoio pedagógico que ocorre no espaço escolar conduzido por professores especializados, responsáveis por “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” dos alunos e o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos (BRASIL, 2008b, p. 4).

É nesse sentido que trazemos as discussões sobre as políticas públicas para a inclusão de alunos com deficiência na Educação Especial no contexto do ensino regular, destacando a necessidade da formação continuada de professores, bem como as contribuições para a prática pedagógica, além de envolver uma perspectiva que descreva que medidas e estratégias (BRIANT; OLIVER, 2012) podem ser implementadas com o propósito de atender às necessidades destes alunos. Tais aspectos elevam a importância da temática para fomentar e ampliar os estudos acerca de um tema tão relevante, possibilitando a garantia do direito à educação, como direito público e subjetivo a qualquer pessoa, independentemente de suas condições.

## FORMAÇÃO CONTINUADA X EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pesquisas a respeito dessa temática vêm sendo realizados por pesquisadores e estudiosos e, neste aspecto, foi possível reunir alguns artigos que discutem o papel da Formação Continuada e a Educação Inclusiva, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1 – Estudos publicados relacionando Formação Continuada e Educação Inclusiva**

Autor(es)	Título	Objetivo dos estudos
<p style="text-align: center;">PROMOÇÃO</p> 		<p style="text-align: center;">APOIO</p> 

MICHELS, 2019	O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial?	Apreensão da política de inclusão no estado brasileiro, bem como a proposição de formação de professores para a Educação Básica.
SANT'ANNA; MANZINI, 2018	Identificação de Necessidades Iniciais para Formação Continuada de Professores da Educação Infantil para o Público – Alvo da Educação Especial	Identificar e descrever as necessidades iniciais para uma Formação Continuada em Serviço para professores da Educação Infantil.
FERREIRA; TOMAN, 2020	Educação Especial e Inclusão: O que mostram as iniciativas da Formação Continuada?	Sinalizar a falta de alinhamento entre o que preveem as políticas educacionais voltadas para perspectiva inclusiva e o cotidiano de nossas escolas, além de apontar as possibilidades representadas pela formação continuada diante desse cenário.
BRIDI, 2011	Formação Continuada em Educação Especial: O Atendimento Educacional Especializado	Compreende a formação continuada de professores para atuarem no atendimento educacional especializado.
NUNES. 2013	Formação Continuada em Educação Inclusiva	Compreender como profissionais envolvidas na formação continuada em Educação Inclusiva, desenvolvida pela rede estadual de ensino em Ariquemes RO no período de 2002 a 2011, analisam essa formação.
TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016	A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente	Investigar se, a partir do ponto de vista dos professores, a formação recebida contribuiu para suas atuações com crianças com deficiência em escolas regulares.
ZANELATO; POKER, 2012	Formação Continuada de Professores na Educação Inclusiva: A Motivação em Questão.	Investigar os aspectos que motivam o professor a participar de programas de formação continuada e, de que maneira, tais motivações e expectativas, interferem na sua prática pedagógica.
SEWALD; PORTELINHA; ROCHA, 2023	A formação de professores e a organização do trabalho pedagógico: desafios para educação dos alunos com TEA	Analisar a relação entre a formação de professores e a organização do trabalho pedagógico voltado aos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Francisco Beltrão/PR.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Ao analisar o Quadro 1, percebemos outros estudos desenvolvidos por pesquisadores a qual se integra o presente estudo. Vê-se que, mesmo sendo trabalhos distintos, o objetivo é análogo, isto é, analisar, investigar, compreender como as políticas de formação continuada voltada para a educação inclusiva é importante para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos deficientes. Para o professor é importante a compreensão de atividades formativas voltada para a educação inclusiva, tendo consciência nas suas práxis nas atividades pedagógicas. Os resultados dos estudos apontados no Quadro 1 leva à busca de políticas públicas, que descubram

PROMOÇÃO

APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



caminhos que contribuam para o desenvolvimento da inclusão, as quais intencionem preparar o professor por meio de formação continuada tornando o ensino inclusivo, através do trabalho Pedagógico. A formação continuada em educação especial, deve-se contemplar as caracterizações desta formação vinculadas a uma política de ampliação do acesso aos cursos, de barateamento dos custos, do predomínio da modalidade à distância, do privilégio da dimensão pragmática e os efeitos desta forma de organização na formação continuada (BRIDI, 2011).

É importante o professor estar preparado para atender os alunos com deficiências, como também os sistemas de ensino envolvidos com a formação continuada de professores devem propiciar momentos de reflexões e discussões sobre a escolarização do aluno com deficiência, preparando o professor para atender e garantir um ensino inclusivo. Neste aspecto, Poker (2003, p. 41) afirma:

A formação de professores para a educação inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor necessita estar preparado para selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas de modo a atender, adequadamente, a todos os alunos.

É importante que o trabalho pedagógico congregue ações e estratégias que possibilitem aos alunos deficientes as mesmas oportunidades de aprendizagens, mas para isso o professor da sala de aula regular tem que ter a oportunidade de se especializar. Ao abordar sobre a formação de professores tem que analisar a motivação e as expectativas que interferem na sua prática, tendo em vista que, muitas vezes o professor não dispõem de tempo suficiente para a prática de estudos e aperfeiçoamentos que possam auxiliar no seu agir pedagógico.

## CONCLUSÃO

As discussões sobre as políticas de formação continuada de professores vêm ganhando notoriedade nos estudos e nas diretrizes que coloca em pauta a necessidade de os profissionais em educação estarem preparados para construir a sua prática pedagógica na reflexão e em possíveis articulações que favoreça ao aluno com Necessidades Especiais de participar na sua totalidade do processo de ensino e aprendizagem. Ao mencionar sobre formação continuada de professor pensamos no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

agir pedagógico voltado para a diversidade do aluno respeitando suas limitações e diferenças. O presente estudo propôs discussões no que se refere a necessidade dos docentes em desenvolver, adequadamente, a sua prática pedagógica relacionada à inclusão de pessoas com deficiência. Parte-se do aprofundamento voltado para a compreensão da importância de preparar esse profissional que está atuando em sala de aula regular da educação infantil e sobre a importância da seu agir pedagógico que atenda à crescente demanda de alunos com deficiências que chegam no ambiente escolar.

Para muitos professores falta formação especializada, cujo problema vem aumentando, pois as escolas a cada dia vêm recebendo alunos que precisam de um atendimento especializado. Para atendê-lo de forma humanizada, precisa de um mediador preparado e capacitado para facilitar esse processo e o que se observa são professores angustiados e sem saber o que fazer diante dessa realidade. Pontuam-se, também, problemas estruturais, pois a maioria das escolas não têm um ambiente e nem materiais adequados para trabalhar com esses alunos, dificultando mais ainda o processo. Nota-se que, mesmo em passos lentos, já foi percorrido um longo caminho com relação às mudanças no campo educacional no que remete à educação inclusiva. Sem dúvida, hoje é um tema bastante discutido, mas, onde queremos estar? Luta-se para que se alcance um lugar onde todos tenham seus direitos garantidos como já afirma a CF de 1988. Alunos na escola, não importa qual sua deficiência, aprendendo de forma igualitária e escolas estruturadas e profissionais capacitados para oferecer na sua prática um ensino de qualidade. Queremos estar numa posição em que a valorização do profissional não se relacione apenas a uma remuneração compatível com os desafios e justa, mas, sobretudo, que a gestão pública invista na capacitação e na qualificação dos profissionais envolvidos, a fim de evidenciar a prioridade em políticas públicas que promovam a verdadeira inclusão social, que esta não seja apenas tema de debates e de discursos inócuos, recursos que vêm a calhar em situações de descompromisso com o bem-estar de grupos como os mas que de fato configure concretamente o que está assentado na Constituição Federal do Brasil.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Míriam M. Políticas públicas de Formação Continuada de professores para a Educação Inclusiva no Brasil: o que temos para hoje? **Revista Educação, Artes e**

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



**Inclusão**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 120-140, set./dez., 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317813032017120>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1**, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2008b.

BRIANT, Maria Emília P.; OLIVER, Fátima C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 1, p. 141-154, jan./mar., 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000100010>

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Formação Continuada em Educação Especial: O Atendimento Educacional Especializado. P O I É S I S – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina. UNISUL, Tubarão, v. 4, n. 7, p. 187 - 199, jan./jun. 2011.  
DOI: <https://doi.org/10.19177/prppge.v4e72011187-199>

CAMARGO, Flávia P.; CARVALHO, Cynthia P. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 617-634, out./dez., 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413->

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



65382519000400006

CASTRO, Gisélia G.; ABRAHÃO, Cesar A. F.; NUNES, Ângela X.; NASCIMENTO, Lilian C. G.; FIGUEIREDO, Glória L. A. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 93-106, jan./mar., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X13590>

CÔCO, Valdete; VENTORIM, Silvana; ALVES, Kallyne K. POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 20, n. 32, p. 75-98, jan./jun., 2015. DOI: <https://doi.org/10.26694/les.v0i32.8626>

DUEK, Viviane P. Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. **Educação em Revista** [online], Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 17-41, abr./jun., 2014.

FERREIRA, Gisele, C.; TOMAN, Alexandre. Educação Especial e Inclusão: O que Mostram as Iniciativas de Formação Continuada? **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro. v. 4 n.3 p. 367 set/dez 2020. DOI: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/viewFile/54811/36546>

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de educação especial na educação básica. **Anais... IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens**. Gramado: RS, 2008.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário L. L. Políticas educacionais e formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Comunicações**, v. 10, n. 1, p. 134-141, junho, 2003. DOI: <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v10n1p134-142>

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. O papel da universidade frente às políticas públicas para Educação Inclusiva. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 29, p. 1-8, 2004.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; HERMES, Simoni Timm. Formação continuada de professoras para o Atendimento Educacional Especializado a produção do modelo ideal de docência na escola inclusiva. *In*: ANTUNES, Helenise Sangoi; HERMES, Rosméri; CAVALHEIRO, Rejane (Orgs.). **Formação de professores: desafios do ensinar e aprender**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. p. 118-135.

MICHELS, Maria Helena. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria Brasil. vol. 24, núm. 40, maio-agosto, 2011, pp. 219-232. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X2668>

MOREIRA, Herivelto. A formação continuada do professor: as limitações dos modelos

PROMOÇÃO

APOIO



atuais. **Revista Comunicações**, v. 10, n. 1, p. 123-133, junho, 2003. DOI: <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v10n1p123-134>

NUNES, Nilta M. B. Formação Continuada em Educação Inclusiva. Porto Velho, Rondônia 2013. 130p. DOI: <https://core.ac.uk/download/pdf/294853665.pdf>.

PAIVA, Juliana C. M; BENDASSOLLI, Pedro F. Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 418-429, jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p418-429>

POKER, Rosimar. B. Pedagogia inclusiva: nova perspectiva na formação de professores. *Educação em Revista*, Marília, v.4, p.39-50, 2003.

SANT' ANNA, Maria, M.; MANZINI, Eduardo, J. Identificação de Necessidades Iniciais para Formação Continuada de Professores da Educação Infantil para o Público – Alvo da Educação Especial. **Revista Educação Especial em Debate**. v. 2, n. 5, p. 29-45, jan./jun.2018. DOI: <http://periodicos.ufes.br/REED/article/view/17822>

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SEWALD, Silvana; PORTELINHA, Ângela M. S.; ROCHA, Margarete M. A formação de professores e a organização do trabalho pedagógico: desafios para educação dos alunos com TEA. *Revista de Estudos em Educação*. Sorocaba, SP. v. 25, e023002, p. 1-20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2023v25id4124>

SILVA, Lázara Cristina. **Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses da educação inclusiva**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

TAVARES, Lídia M. F. L. SANTOS, Larissa M. M. FREITAS, Nivalda C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Revista Brasileira Educação Especial**. Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, out./dez., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005>

UNESCO. Conferência Mundial de Educação para Todos. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Jomtien: UNESCO, 1994.

ZANELATO, Daniela; POKER, Rosimar Bortolini. Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 7, n. 1, p. 147-158, 2012. DOI: <http://hdl.handle.net/11449/115025>.